COSMOLOGIAS POTIGUARA COMO LEITURA LITERÁRIA: PATRIMÔNIO E ENSINO DE LITERATURA

Luíza Oliveira Braz
Língua Portuguesa - UFCG
brazluiza.oliveira@gmail.com

Beatriz Macedo de Souza
Letras - Língua Portuguesa - UFCG
beatriz.macedo@estudante.ufcg.edu.br

Introdução

Entendemos que através da literatura é possível, entre muitas coisas, conhecer quem somos, de onde viemos e o que nos constitui como seres humanos, ao mesmo tempo que nos humanizamos em um processo de conexão e descobrimento ancestral. Antonio Candido (2011) a vê, de forma ampla, como tudo aquilo que possui tom poético, ficcional ou dramático em todas as camadas de uma sociedade e da cultura, desde o que é considerado folclore, até as manifestações mais complexas, assim "não há povo e não há homem que possa viver sem ela [...]" (Candido, 2011, p. 176).

Sendo assim, a literatura pode ser compreendida como patrimônio imaterial de diferentes comunidades e grupos étnicos que a produzem, visto que é uma forma de expressão que constitui a identidade cultural desses povos, transmitida através das gerações, sobretudo, por meio da oralidade. Segundo a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial:

> Entende-se por 'patrimônio cultural imaterial' as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2006, p. 4)

Este é um dos conceitos chave na elaboração desse trabalho, que surge do desdobramento de uma experiência vivenciada junto à professores e professoras de escolas indígenas Potiguara da Baía da Traição, na Paraíba, fruto das atividades desenvolvidas no Programa de Educação Tutorial Educação — Conexão de Saberes pela Universidade Federal de Campina Grande.

Nesse sentido, o presente artigo transcende a proposta metodológica que foi elaborada para o contexto da Educação Indígena, com intuito de destacar, reconhecer, valorizar e preservar o Patrimônio Cultural, em um processo de aprendizagem

dialógico, guiado pela mediação e protagonismo dos saberes daqueles que possuem tal patrimônio como é o caso dos povos indígenas (Florêncio, 2012; Merillas, 2015).

Para tanto, destacamos que a literatura dos povos indígenas é composta por narrativas que destacam os misticismos e as lendas com representações ancestrais de cada povo. Considerando que tais histórias são transmitidas através da oralidade, é importante buscar meios para que essa riqueza poética e originária se faça presente em contextos de ensino não indígena, logo pode e deve ser inserida na sala de aula, enquanto prática de educação patrimonial, para fortalecer o sentimento de pertença e sua relação com a ancestralidade.

Conforme um dos maiores intelectuais e escritor, Daniel Munduruku, o papel da literatura indígena é antes de tudo formar consciência sobre a diversidade dos povos originários, pensando nisso como uma forma de preservação da população que é também um instrumento para o Brasil conhecer sua própria história e diversidade cultural (Mundurukú, 2014).

Nesse contexto, é importante reconhecer o valor patrimonial e a dimensão literária das narrativas cosmológicas de povos indígenas, como é o caso do Povo Potiguara da Paraíba, desmistificando a concepção de que essas histórias são parte do que é denominado de lendas do "folclore brasileiro", ampliando a discussão sob o ponto de vista dos detentores dessas tramas.

Desse modo, pretendemos viabilizar o cumprimento da Lei nº 11.645/08 (BRASIL, 2008), que estabelece como obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena no contexto de ensino Fundamental e Médio, através de conceitos e metodologias já consolidadas nas práticas de leitura e ensino da literatura, como do Letramento Literário (Cosson, 2021), das Estratégias de leitura (Girotto E Souza, 2010 *apud* Souza; Cosson, 2011) e da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), ideais e teorias que embasam e estruturam nossa proposta metodológica.

Considerando que as narrativas orais do Povo Potiguara devem adentrar nas salas de aula para além da Educação Escolar Indígena, temos como objeto de leitura para proposta de ensino a obra *Histórias ancestrais do Povo Potiguara* (Marques; Simas; Silva, 2019) que reúne histórias ancestrais transcritas, facilitando o acesso e o contato dos não indígenas.

Diante disso, temos como objetivo ampliar o repertório pedagógico de professores e professoras de Língua Portuguesa e Literatura dos Anos Finais do Ensino Fundamental através da metodologia de ensino *Oficina de Leitura*, a partir do contato com as cosmologias Potiguara como leitura literária e como parte do patrimônio imaterial, por meio das Estratégias de leitura.

Desse modo, os discentes de 6º ao 9º ano poderão conhecer a riqueza literária desse povo através de suas cosmologias, desmistificando o lugar folclórico que permeia o imaginário social, ainda tão forte e presente nas escolas. Sendo, portanto, uma ação de conscientização tanto de estudantes como de docentes, posto que conhecerão, através dessas narrativas, parte dos saberes e fazeres do Povo Potiguara da Paraíba, sendo privilegiadas num contexto que contempla ensino de literatura e conhecimentos acerca do patrimônio, em valorização da coletividade e das origens do Brasil.

1. Fundamentação teórica:

Literatura indígena

A Literatura Indígena, de acordo com Munduruku (2014), é uma ferramenta que se presta a preservação da memória dos povos originários brasileiros, a fim de que por meio da escrita das cosmologias indígenas seja possível preservar as narrativas que permaneceram orais por muito tempo, e em razão das invasões de suas terras por colonizadores, e o consequente ecocídio e etnocídio, dominar a escrita e escrever as narrativas pelo ponto de vista dos detentores do patrimônio para preservar a cultura ancestral se torna uma necessidade. Vejamos abaixo a narrativa do autor acerca das consequências dos contatos entre povos originários e colonizadores:

> A memória é, pois, ao mesmo tempo passado e presente que se encontram para atualizar os repertórios e descobrir novos sentidos que se perpetuarão em novos rituais que abrigarão elementos novos num circular movimento repetido à exaustão ao longo de sua história. Assim estes povos traziam consigo a memória ancestral. Essa harmônica tranquilidade foi, no entanto, alcançada pelo braço forte dos invasores: caçadores de riquezas e de almas. Passaram por cima da memória e foram escrevendo no corpo dos vencidos uma história de dor e sofrimento. Muitos dos atingidos pela gana destruidora tiveram que ocultar-se sob outras identidades para serem confundidos com os desvalidos da sorte e, assim, poderem sobreviver. Esses se tornaram sem-terras, sem-teto, sem-história, sem-humanidade. Esses tiveram que aceitar a dura realidade dos sem-memória, gente das cidades que precisa guardar nos livros seu medo do esquecimento. (Munduruku, 2011)[27]

Para que seja possível superar esse esquecimento forjado pelo etnocídio produzido pelos colonizadores, o autor destaca que a escrita de literatura indígena não deve se submeter aos modelos ocidentais de escrita, ou seja, fazer uma tradução da sociedade ocidental para seu repertório mítico, e que ao fazer isso "cairia no canto da sereia", para ele, é preciso interpretar, conhecer e tornar conhecido, sobretudo, é preciso escrever. Sobre o ato de escrever o mesmo afirma que

> A escrita é uma técnica. É preciso dominar essa técnica com perfeição para poder utilizá-la a favor da gente indígena. Técnica não é negação do que se é. Ao contrário, é afirmação de competência. É demonstração de capacidade de transformar a memória em identidade, pois ela reafirma o Ser na medida em que precisa adentrar no universo mítico para dar-se a conhecer ao outro. (Munduruku, 2011)

Desse modo, a literatura indígena é portadora da boa notícia do reencontro, ela não destrói a memória, pelo contrário, reforça e acrescenta ao repertório tradicional outros acontecimentos e fatos que atualizam o pensar ancestral.

Se faz necessário ressaltar a linha tênue, quando se pensa acerca da literatura indígena, entre oralidade e escrita, que por muito tempo foi motivo de ruptura, fazendo com que essa literatura não fosse lida nos espaços formais de ensino, no entanto, o autor

[27] Disponível em: https://sociedadedospoetasamigos.blogspot.com/2014/12/literatura-indigena-e-o-tenue-fio-entre.html. Acesso em: 2 mar. 2023.

ressalta a importância de que uma sirva de complemento para outra. Para Munduruku (2014), a memória, portanto, se atualiza e está em busca de outros suportes para se manter viva, a escrita é uma delas, mas também o vídeo, o museu, os festivais, as apresentações culturais, a internet, e suas variantes. Todas essas são formas de mantermos a cultura ancestral viva e fundamental para os dias atuais.

Educação patrimonial

A Educação Patrimonial se trata de uma proposta metodológica, que chegou ao Brasil na década de 80, e visa embasar as ações educativas de valorização e preservação do patrimônio cultural, é inspirada no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra, sob a designação de *Heritage Education.* No entanto, desde a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), em 1930, Mário de Andrade já apontava para o caráter pedagógico dos museus e das imagens para as ações educativas, na década de 60, Rodrigo Melo Franco de Andrade, atual dirigente do instituto, também apontou em alguns discursos e artigos para a importância da educação, e em 1970, sob a orientação de Aloísio Magalhães, à frente da Fundação Nacional Pró-Memória, trouxe a questão de forma mais insistente e coerente (FLORÊNCIO, 2015, p. 21).

Postos esses dados históricos, é preciso trazer o conceito de cultura, visto que por muito tempo houve um binômio entre educação e cultura, no entanto, com o advento da Educação Patrimonial urge a necessidade de compreensão do conceito de cultura como um

> [...] processo global em que não se separam as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem, em que não se deve privilegiar o produto – habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra – em detrimento das condições históricas, socioeconômicas, étnicas e ecológicas em que tal produto se encontra inserido (BRANDÃO, 1996 *apud* FLORÊNCIO, 2015, p. 22)

A partir disso, iremos compreender que a Educação Patrimonial se constitui

> [...] de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócia histórica das referências culturais em todas as suas manifestações com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos de base democrática devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas. (Florêncio, 2015, p. 24 *apud* Florêncio *et al*, 2014)

Portanto, para que a Educação Patrimonial se efetive, faz-se necessário indicar alguns caminhos possíveis: Em primeiro lugar a Educação Patrimonial, deve considerar que a preservação de bens culturais deve ser compreendida como uma prática social, inserida em contextos culturais, nos espaços da vida das pessoas; Em segundo lugar, a

prática educativa deve ser transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, esse ato se torna essencial, pois potencializa o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos.

Cabe salientar, que a noção de Patrimônio Cultural foi ampliada, a fim de dar lugar ao patrimônio imaterial, como afirma Gilberto Gil, ex-ministro da Cultura:

> [...] pensar em patrimônio agora é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes. Os costumes, os sabores, os saberes. Não 04. Para uma compreensão da essencialidade de abordagens educativas inter e transdisciplinares, ver Morin, 2000. 26 mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente. O intangível, o imaterial (Florêncio, 2015, p. 25 *apud* IPHAN, 2008).

Além de considerar o patrimônio imaterial (intangível), quando pensamos em Educação Patrimonial, também é importante lembrar do caráter processual, ou seja, significa reflexão constante e ação transformadora dos sujeitos no mundo e não somente uma educação reprodutora de informações, como via de mão única e que identifique os educandos como consumidores de informação, denominado por Paulo Freire (1970), como "educação bancária".

Por último, segundo Florêncio (2015), é possível dizer que a Educação Patrimonial é uma importante ferramenta para afirmação das identidades, e para que as pessoas se assumam como seres sociais e históricos, comunicantes, transformadores e realizadores de sonhos. E, para que haja conhecimento das identidades e alteridades, a fim de haja respeito das diferenças.

Letramento literário

De forma geral, a noção de letramento está associada aos usos da escrita na sociedade, de modo mais conceitual, "designa as práticas sociais da escrita que envolvem a capacidade e os conhecimentos, os processos de interação e as relações de poder relativas ao uso da escrita em contextos e meios determinados" (Street, 2003 *apud* Souza; Cosson, 2011).

Como existem inúmeras práticas sociais da escrita, muitos são os letramentos, assim a expansão do termo admite sentidos específicos. Nesse meio plural dos letramentos está inserido o Letramento Literário, que difere dos demais por ter a literatura como a única fonte de linguagem, ou seja, é feito com textos literários (Souza; Cosson, 2011).

Assim, segundo Cosson (2021), o letramento literário deve ser compreendido como uma prática social, realizada no âmbito escolar, que coloca a construção de sentidos diante do texto literário como central, tendo como foco o contato direto entre a literatura e o leitor em um processo de formação leitora guiado por um processo educativo específico.

Como toda prática escolar, ele é regido pela mediação docente que subsidia a interação aluno-texto, de forma que o objetivo seja interpretar a obra. Desse modo, o letramento feito com textos literários proporciona um modo privilegiado de inserção no mundo da escrita, posto que conduz ao domínio da palavra a partir dela mesma.

Além disso, essa prática é capaz de formar leitores competentes capazes de, durante sua leitura, experienciar a potência humanizadora da literatura, constituindo quem são e como veem o mundo. Esse poder humanizador não deve se restringir à leitura dos clássicos, por tantas vezes privilegiados na escola e deve abranger todo tipo de manifestação literária, incluindo a oralidade das narrativas míticas e lendárias com representações ancestrais dos povos originários do Brasil transcritas, já prevista em Lei (BRASIL, 2008) e na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), como forma de reconhecimento, valorização e preservação do Patrimônio Cultural.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Indo ao encontro do que é proposto pelo Letramento Literário, no Campo Artístico-Literário da Base Nacional Comum Curricular dos Anos Finais do Ensino Fundamental destaca-se a importância da formação do leitor-fruidor, definindo-o como o "[...] sujeito que seja capaz de se implicar na leitura dos textos, de 'desvendar' suas múltiplas camadas de sentido, de responder às suas demandas e de firmar pactos de leitura." (BRASIL, 2018, p. 138).

No que concerne ao conhecimento e leitura de narrativas míticas e lendárias com representações ancestrais dos povos originários do Brasil, sobretudo dos povos indígenas, o documento defende que os estudantes devem ter contato com uma diversidade de manifestações artísticas e produções culturais de modo a "oferecer as condições para que eles possam compreendê-las e fruí-las de maneira significativa e, gradativamente, crítica." (BRASIL, 2018, p. 156).

Vale ressaltar que o papel de mediação do docente é imprescindível nesse processo, evidenciando o caráter dialógico e guiado pelo protagonismo das narrativas dos povos indígenas, já que a partir disso o leitor-fruidor poderá reconhecer o Patrimônio Cultural que estrutura a formação cultural do seu país através dos próprios detentores, nesse caso o Povo Potiguara da Paraíba.

Como este trabalho objetiva apresentar uma proposta metodológica de leitura das cosmologias Potiguara possível de ser realizada e desenvolvida em sala de aula, temos como base duas habilidades previstas na BNCC a serem contempladas do 6° ao 9° ano. Sendo elas: EF69LP47, referente aos elementos composicionais de narrativas e EF67LP28, que faz referência às lendas indígenas como objetos para leitura e fruição.

2. Cosmologias Potiguara como leitura literária

Objeto de leitura: *Narrativas Ancestrais do Povo Potiguara*

Com o objetivo de facilitar o acesso dos professores e professoras não indígenas às cosmologias Potiguara o mais próximo do oral possível, nossa proposta metodológica tem como objeto de leitura a obra *Narrativas Ancestrais do Povo Potiguara,* organizada pelos professores Cássio Ferreira Marques (ALCA – VM), Hellen Cristina P. Simas (Nel-Amazônia|UFAM) e Dr. Paulo Roberto Palhano Silva (GEPeeeS|UFPB).

Disponível para download na internet[28], o material conta com narrativas transcritas, ou seja, as histórias que são passadas através das gerações pela oralidade foram registradas de forma escrita, possibilitando que o maior número de pessoas possam conhecê-las para além da concepção folclórica, as ressignificando. Além disso, o material possui relatos de experiências do próprio Povo Potiguara como esses seres encantados que constituem suas cosmologias. De acordo com a professora doutora Hellen Cristina, uma das organizadoras, a obra

> [...] constitui-se num excelente instrumento de subsídio ao professor para ressignificar as aulas nas escolas indígenas, pois, pela obra, os alunos têm acesso à memória ancestral de seu povo, além do mais, a obra colaborou para a valorização e fortalecimento da identidade e dos conhecimentos ancestrais Potiguara." (Simas, 2018, p. 2)

Oficina de leitura

A fim de didatizar a proposta, nos apoiamos no conceito e na metodologia de *Oficina de leitura* (Girotto; Souza, 2010 *apud* Cosson, Junqueira, 2011), visto que, como defende Cosson (2021), ela enfatiza o sentido de atividade prática, que precisa da ação dos alunos-leitores, afastando-se da noção tradicional de mera exposição do professor, colocando-os em uma posição de protagonismo.

Nossa sugestão de *Oficina de leitura* é segmentada em três grandes momentos, em que a cada um deles espera-se que os estudantes, com a mediação do docente, ativem conhecimentos específicos e desenvolvam diferentes habilidades e estratégias.

O primeiro momento diz respeito a uma atividade pré-textual, ou seja, acontece antes do contato direto com o texto a ser lido. Essa etapa foca na estratégia de leitura denominada conexão, que busca a ativação de conhecimentos prévios dos leitores e tem como objetivo "relembrar fatos importantes de sua vida, de outros textos lidos e de situações que ocorrem no mundo, em seu país ou sua cidade, ajuda a compreender melhor o texto em questão" (Cosson, Junqueira, 2011, p. 104).

Nessa proposta, a conexão se dá a partir de imagens (figuras 1 e 2) e questões norteadoras com o intuito de despertar os conhecimentos acerca do que já é conhecido pelos alunos, denominado e comumente trabalhado como lenda no contexto do folclore.

As ilustrações utilizadas nessa sugestão de atividade foram retiradas da obra que tomamos como objeto de leitura, já as questões são apenas propostas do que pode ser perguntado para facilitar o processo de conexão dos estudantes.

Desse modo, destacamos o caráter sugestivo do planejamento para leitura das Cosmologias Potiguara presentes na obra *Narrativas Ancestrais do Povo Potiguara*, logo cabe a cada professor ou professora fazer adaptações de acordo com a turma, caso seja necessário.

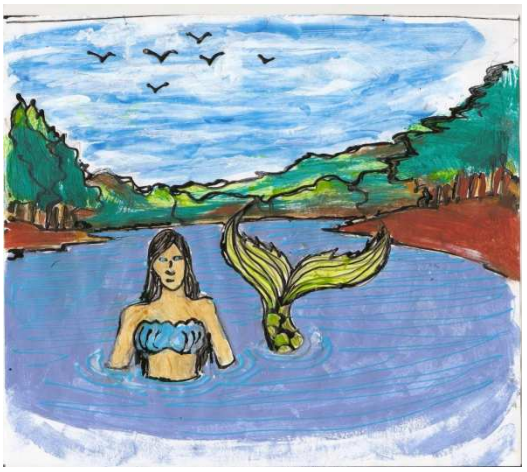
Figura 1 – Lobisomem

Figura 2 – Mãe D'Água-Yara

[28] Disponível em: https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/4450/1/Hist%C3%B3rias_ancestrais_povo_potiguara.pdf. Acesso em: 02 mar. 2023.



Fonte: Marques, Simas e Silva (2019)



Fonte: Marques, Simas e Silva (2019)

Questões:
O que chama a sua atenção nessas imagens?
Você consegue estabelecer relações entre as imagens?
Quais elementos você consegue identificar?
Você conhece alguma lenda (história ancestral) em que esses elementos estejam presentes?

O segundo momento da *Oficina de leitura* corresponde a uma atividade textual, que terá como foco a leitura literária. Propomos que essa etapa de leitura seja dividida em três procedimentos mais específicos, visto que a leitura não diz respeito apenas a mera decodificação, mas envolve também a construção de sentidos, como defende a ideia de Letramento Literário.

Assim, no primeiro momento é feita a leitura de forma compartilhada e em voz alta de narrativas Potiguara transcritas presentes no livro *Histórias Ancestrais do Povo Potiguara* (2019). Aqui sugerimos: "O Lobisomem" e "Mãe D'Água-Yara".

Já no segundo momento da atividade textual é focalizada a atividade de sumarização, mais uma Estratégia de leitura que "[...] parte do pressuposto de que precisamos sintetizar aquilo que lemos, e para que isso seja possível é necessário aprender o que é essencial em um texto, ou seja, buscar a essência, separando-a do detalhe" (Souza; Cosson, 2011, p. 105).

Para a sumarização dos textos lidos propomos que, sob a mediação do professor ou professora, sejam ressaltados os principais acontecimentos do enredo, contemplando a habilidade EF69LP47 da BNCC (BRASIL, 2018) acerca do estudo de elementos composicionais de uma narrativa. Para além disso, é importante buscar a identificação de elementos presentes nas tramas que constituem o Patrimônio Cultural (material e imaterial), levando em consideração que os próprios textos já são parte do Patrimônio.

Através dessa estratégia de leitura é possível ir além do desenvolvimento das habilidades previstas pela BNCC, fazendo com que os leitores adquiram conhecimentos acerca do Patrimônio tão importantes para o Povo Potiguara e tão desconhecido pelos não indígenas, sempre restritos ao lugar do folclórico.

No terceiro momento da atividade textual é contemplada a estratégia de síntese, nela "[...] articulamos o que lemos com nossas impressões pessoais, reconstruindo o próprio texto, elencando as informações essenciais e modelando-as com o nosso conhecimento" (Souza; Cosson, 2011, p. 105), objetivando a ampliação do texto. Nesse

contexto vemos como significativa a articulação do que foi lido com conhecimentos novos do Povo Potiguara (PB), do que são as cosmologias e sobre Patrimônio, desconstruindo essa visão fixa de que os personagens presentes nas histórias lidas são parte do folclore e compreendendo-os enquanto seres encantados desse povo.

Por fim, a oficina se encerra com uma atividade pós-textual de ampliação. Após a leitura das narrativas transcritas e da discussão sobre elementos narrativos e patrimoniais presentes nos textos através de diferentes Estratégias de leitura, são feitas atividades que vão além da leitura em si, fazendo os leitores-fruidores expandirem os conhecimentos adquiridos através dessa literatura.

Assim, apresentamos duas sugestões, que, como já mencionado, podem e devem ser adaptadas para cada contexto de ensino, caso necessário.

Primeiramente sugerimos que o professor ou professora pode solicitar que os discentes construam uma pequena história em quadrinhos (HQ) baseada em um dos relatos de narrativas ancestrais presentes no livro objeto de leitura, seja com o Lobisomem, seja com a Mãe D'Água-Yara.

Nessa atividade a leitura da obra vai além da narrativa transcrita, abrangendo também os relatos de pessoas que tiveram experiências como os seres encantados, além disso a criação de uma HQ propicia o desenvolvimento de habilidades artísticas de desenho e o contato com a linguagem verbo-visual dos quadrinhos.

Como segunda opção, pode ser pedida a elaboração de uma maquete dos espaços das sete partidas do mundo, onde se passa a trajetória de peregrinação do lobisomem para voltar à forma humana. Nessa atividade é focalizada a relação da narrativa do lobisomem com o patrimônio material dos Potiguara, logo a maquete seria produzida com base nas imagens presentes na obra lida e no enredo transcrito. Propiciando, igualmente, o desenvolvimento artístico e criativo dos discentes.

Considerações finais

Neste trabalho, tivemos como intenção abordar o papel social da literatura que é a humanização do indivíduo, bem como, buscamos que ao final da leitura, haja o reconhecimento da dimensão literária das narrativas do Povo Potiguara. Além do mais, objetivamos a salvaguarda, de modo que, sejam preservados a memória e o patrimônio imaterial, a fim de que não se perca com o passar do tempo as narrativas que dão o sentimento de identificação e pertencimento às gerações atuais e futuras.

Para isso, propomos um caminho metodológico através da metodologia da Educação Patrimonial descrita em Florêncio (2015), e da metodologia da *Oficina de Leitura* descrita em Cosson (2021) e Cosson e Souza (2011), a fim de se fazer cumprir a Lei 11.645/008 e a BNCC (2018), para que os educandos não indígenas possam contactar a história dos povos originários do Brasil, sobretudo, o povo Potiguara da Paraíba, situados em Baía de Traição, a partir de narrativas contadas por eles mesmos, rompendo assim um ciclo de etnocídio e epistemicídio, no qual os povos originários tinham suas narrativas contadas através dos olhares dos colonizadores.

Temos expectativas que a metodologia possa ser usada como base para outras experiências com a *Oficina de Leitura*, visto que essa é um método que pode ser aplicado aos mais variados gêneros literários, pois a ideia fulcral da descrição dessa metodologia feita neste trabalho reside em ofertar subsídios para o trabalho docente nos

Anos Finais do Ensino Fundamental, considerando as normas vigentes para o ensino de língua materna e suas respectivas literaturas.

Por último, cabe ressaltar que este trabalho também se propôs a romper com a ideia, amplamente presente no imaginário social, de que as cosmologias indígenas não são leituras literárias, mas narrativas folclóricas, por se encontrarem em sua maioria oralizadas, e por sempre serem contadas de um ponto de vista ocidental. No entanto, já há um empenho e um consenso entre os povos indígenas da necessidade de escrevê-las, a fim de que elas possam ser acessadas em espaços formais de ensino, e adentrar as mídias digitais, como ressaltou Munduruku (2011), para que não se percam e haja a preservação e salvaguarda do patrimônio imaterial dos povos originários.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.645. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura AfroBrasileira e Indígena". **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

CANDIDO, A. O direito à literatura. *In:* ___. Vários Escritos. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011

COSSON, R. **Letramento literário:** teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2021.

FLORÊNCIO, S. R. R. Educação Patrimonial: Algumas diretrizes conceituais. *In:* PINHEIRO, A. R. S. (*org*.) **Cadernos do patrimônio cultural:** educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. p. 21-30.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MARQUES, C. F; SIMAS, H. C. P; SILVA, P.R.P. **Histórias ancestrais do povo Potiguara**. João Pessoa: Clube de autores, 2019. Disponível em: https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/4450/1/Hist%C3%B3rias_ancestrais_povo_potiguara.pdf. Acesso em: 02 mar. 2023.

MERILLAS, O. F. La Educación Patrimonial: de la rentabilidad social a la rentabilidad identitaria. *In:* PINHEIRO, A. R. S. (*org*.) **Cadernos do patrimônio cultural:** educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. p. 33-46.

MUNDURUKU, D. Literatura Indígena uma janela para o conhecimento. Blog da Brinque, 2014. Disponível em: https://blog.brinquebook.com.br/uncategorized/literatura-indigena-com-daniel-munduruku-2/. Acesso em: 16 set. 2022.

MUNDURUKU, D. Literatura indígena e o tênue fio entre escrita e oralidade. 2011. Disponível em: http://sociedadedospoetasamigos.blogspot.com.br/2014/12/literatura-indigena-e-o-tenue-fio-entre.html. Acesso em: 2 mar. 2023.

SOUZA, R. J; COSSON, R. **Letramento Literário:** Uma proposta para sala de aula. São Paulo: Acervo Digital Unesp, 2011. Disponível em: http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/40143. Acesso em: 11 mai. 2021.

UNESCO. Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Paris: 2003. Tradução: Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf. Acesso em: 16 set. 2022.